

APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DAS CIDADES PEQUENAS NO BRASIL

Agripino Souza Coelho Neto¹

Universidade do Estado da Bahia (DCET I - UNEB)

E-mail: agscneto@uneb.br

Antonio Muniz Filho²

Universidade do Estado da Bahia (DCET I - UNEB)

E-mail: muniz@uneb.br

Resumo

O objetivo precípua deste texto consiste na construção de uma propositiva teórico-metodológica que cumpra o papel de aporte para os estudos das cidades pequenas brasileiras, apoiando-se em quatro dimensões analíticas: (i) o tamanho populacional; (ii) a dependência da população em relação à administração pública municipal; (iii) a inserção da cidade pequena em uma rede urbana regional; e (iv) a estreita relação campo-cidade e a presença de ruralidades no urbano das cidades pequenas. Destaca-se que estamos nos ocupando das cidades pequenas como fenômeno socioespacial complexo, portanto, intencionamos construir uma reflexão sistemática sobre as cidades pequenas como formas-contéudos e como totalidades socioespaciais.

Palavras-chave: Cidades Pequenas; Tamanho Populacional; Rede Urbana; Administração Municipal; Ruralidades no Urbano.

THEORETICAL-METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS FOR THE STUDY OF SMALL CITIES IN BRAZIL

Abstract

The primary objective of this text is to construct a theoretical-methodological proposition that serves as a contribution to the studies of small Brazilian cities, relying on four analytical dimensions: (i) population size; (ii) the population's dependence on municipal public administration; (iii) the integration of small cities into a regional urban network; and (iv) the close relationship between rural and urban areas and the presence of ruralities within the urban context of small cities. It is important to highlight that we are addressing small cities as a complex socio-spatial phenomenon; therefore, we intend to build a systematic reflection on small cities as forms-contents and as socio-spatial totalities.

Key words: Small Cities; Population Size; Urban Network; Municipal Administration; Ruralities in the Urban.

APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA EL ESTUDIO DE CIUDADES PEQUEÑAS EN BRASIL

¹ Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET).

² Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p.32-49(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

Resumen

El objetivo principal de este texto consiste en construir una propuesta teórico-metodológica que oficie de aporte para los estudios sobre ciudades pequeñas en Brasil, apoyándose en cuatro dimensiones analíticas: (i) el tamaño poblacional; (ii) la dependencia de la población con respecto a la administración pública municipal; (iii) la inserción de la pequeña ciudad en una red urbana regional; y (iv) la estrecha relación campo-ciudad y la presencia de ruralidades en lo urbano de las pequeñas ciudades. Cabe destacar que se emprende el abordaje de las ciudades pequeñas como un fenómeno socioespacial complejo; por lo tanto, se busca construir una reflexión sistemática sobre ellas como formas-contenidos y como totalidades socioe

Palabras-clave: Ciudades Pequeñas; Tamaño Poblacional; Red Urbana; Administración Municipal; Ruralidad en lo Urbano.

Considerações preliminares

Uma revisão de literatura, não exaustiva, permite “mapear” os contornos do debate sobre as cidades pequenas, cujo conjunto de questões apontam os elementos centrais recorrentes e predominantes na Geografia: o tamanho populacional e as propostas classificatórias; as relações campo-cidade presentes no cotidiano da população citadina; a dependência das cidades pequenas a um sistema urbano regional; as sociabilidades que marcam as cidades pequenas; o papel das cidades pequenas como núcleos urbanos político-administrativos; a importância da população rural na totalidade da população municipal; as ruralidades no urbano como formas conteúdos que atravessam a espacialidade das cidades pequenas; entre outros aspectos focalizando com menor expressividade.

Esse conjunto de questões costumam ser tratadas de forma dissociada na literatura geográfica, sendo que alguns aspectos assumem maior proeminência do que outros. O interesse que expressamos neste texto recai na construção de dimensões analíticas articuladas, que possam compor um todo orgânico e sistemático para lançar luz as cidades pequenas como fenômenos socioespaciais expressivos na realidade brasileira.

Importante destacar que estamos nos ocupando das cidades pequenas como fenômeno socioespacial complexo, portanto, nossa intensão é construir uma reflexão sistemática sobre as cidades pequenas como formas-conteúdos e como totalidades socioespaciais, diferentemente dos esforços que tratam de fenômenos pontuais que se manifestam nas cidades pequenas ou que as têm apenas como palco onde as ações sociais se materializam. O esforço se dirige para construções de dimensões de análise que podem ser operacionalizáveis para pensar as cidades pequenas no Brasil.

A proposta teórico-metodológica encarnada neste texto se erige e se alimenta da pesquisa realizada no período de 2019 a 2023, cuja culminância resultou na publicação do

livro “Cidades Pequenas na Bahia” (Coelho Neto; Muniz Filho, 2025a). Neste sentido, nossa ideia é objetivada por meio de quatro dimensões analíticas: (i) o tamanho populacional; (ii) a dependência da população em relação à administração pública municipal; (iii) a inserção da cidade pequena em uma rede urbana regional; e (iv) a estreita relação campo-cidade e a presença de ruralidades no urbano das cidades pequenas.

Em grande medida, a nossa preocupação neste texto é erigir uma propositiva teórico-metodológica que permita lançar luz para esse fenômeno marcante na realidade brasileira, ou seja, as cidades pequenas, intentando também apoiar futuras investigações científicas e oferecer subsídios para o planejamento urbano-regional.

Tamanho populacional

Se considerarmos os parâmetros que classificam as cidades brasileiras por tamanho populacional, estabelecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), conforme aponta (Bacelar, 2009), ou mesmo a proposta de classificação das cidades latino-americanas de Jacobi (1994), constataremos que, entre as 5.571 cidades existentes no Brasil no ano de 2022, aproximadamente, 88% podem ser consideradas como cidades pequenas, ou seja, com população inferior a 50 mil habitantes.

Embora devamos considerar que, o tamanho populacional não é suficiente para definir se a cidade é pequena, média ou grande, não se pode ignorar a importância da dimensão populacional como parâmetro de análise, muito menos a expressividade das cidades pequenas na conformação da malha urbana do território brasileiro.

Há diversos autores que apontam os limites de trabalhar com o tamanho populacional para o estudo das cidades. Sposito e Silva (2013) criticam as abordagens que privilegiam a dimensão populacional, apontando o risco de engessamento da discussão conceitual, movimento analítico que pode levar a reduzir a cidade a uma expressão numérica, desconsiderando a diversidade regional e as várias dimensões espaciais que podem ser açãoados.

Fresca (2010, p. 76) engrossa os argumentos sobre os riscos e os limites de trabalhar com o tamanho populacional como critério de definição das cidades, pois isso implicaria em igualar cidades que na sua essência são diferentes, uma vez que “o número de habitantes como variável utilizada resultará em considerar cidades com populações similares como

sendo pequenas, mas não levará em conta as especificidades de cada uma delas". A saída apontada pela autora recai na inscrição da cidade pequena em uma rede urbana regional.

Em nossa interpretação, consideramos que o problema analítico reside no uso exclusivo ou privilegiado do tamanho populacional. Contudo, advogamos que, esta variável deve ser considerada em combinação com outras, compondo um conjunto articulado que objetiva dar conta da complexa tarefa de apreensão das cidades como totalidades socioespaciais.

A despeito das controvérsias teóricas em torno do debate sobre os limites e os riscos de classificar as cidades segundo o critério da dimensão populacional, consideramos que esta dimensão de análise não pode ser desprezada como um dos aspectos que ajudam a caracterizar e a definir as cidades. Portanto, o tamanho populacional pode ser, em muitos casos, um ponto de partida, que nos permite pensar no fenômeno urbano.

Diferentemente dos argumentos de Sposito e Silva (2013), assumir como ponto de partida o tamanho populacional não implica em tornar a cidade uma expressão numérica. O tamanho populacional de uma cidade define um conjunto de aspectos da vida política, social e econômica e também comunica uma variedade de ideias sobre o fenômeno urbano. Apenas para efeito de ilustração, nos ocuparemos de dois aspectos que podem ser impactados pela dimensão populacional das cidades.

As cidades pequenas, especialmente àquelas com menos de 20 mil habitantes, em sua grande maioria, se caracterizam pela enorme dependência dos recursos governamentais para manutenção das contas municipais. Uma das principais fontes é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), instituído pela Constituição Federal de 1988 e regido pela Lei Complementar nº 62/1989, que define a transferência de recursos federais para os municípios, considerando o tamanho da população. Esses recursos têm rebatimentos diretos na geração de emprego e renda, na dotação de infraestruturas urbanas e na oferta de serviços básicos, ou seja, incidem na dinâmica socioespacial destas cidades.

O tamanho populacional define, também, o tamanho do mercado consumidor e do mercado de trabalho, com reflexibilidade na conformação do comércio e na oferta de bens e serviços. Em geral, nas cidades pequenas, com pequeno porte populacional (inferior a 20 mil habitantes), a experiência urbana é, frequentemente frágil e precária, como assevera Wanderley (2001).

Obviamente, o tamanho populacional de uma cidade incide de forma diferente conforme sua localização geográfica, pois as cidades se inserem em contextos geográficos regionais dispares. Há que se considerar os distintos papéis que exercem uma cidade de 40 mil habitantes nas mais variadas regiões brasileiras. Neste sentido, reforçamos a compreensão de Fresca (2010), sobre a necessidade de considerar a inserção da pequena cidade em uma rede urbana regional. Isso se deve também, fundamentalmente, pela urbanização frágil, exigindo que a população recorra a bens e serviços ofertados por um centro regional que ocupa um lugar central.

Dependência da população à administração pública municipal

O número do estoque de empregos formais segundo os setores de atividades nos municípios brasileiros é um dado que revela o grau de dependência da população em relação a administração pública municipal, embora não devamos desprezar os elevados níveis de informalidade que marcam indelevelmente a realidade do emprego no Brasil.

Em uma pesquisa realizada em 10 (dez) municípios da Bahia, cujas sedes urbanas tinham menos de 12 mil habitantes em 2010, Coelho Neto e Muniz Filho (2025a) identificaram que 9 (90%) destes municípios apresentavam mais de 50% dos empregos formais ocupados na administração pública. E um dado ainda mais expressivo: 6 (60%) dos municípios tinham mais de 70% da população ocupada na administração pública.

Uma segunda pesquisa, desenvolvida na Região Imediata de Juazeiro, que congrega 9 municípios, Muniz Filho e Coelho Neto (2025) constataram que 6 (67%) dos municípios tem mais de 50% dos postos de empregos formais ocupados na administração pública. Em alguns casos, correspondendo a 25% dos municípios, os postos de empregos na administração pública ultrapassam o patamar de 80% empregados no setor público.

Obviamente que, precisamos levar em conta os dados de informalidade, cujos números são expressivos na realidade brasileira. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a taxa de informalidade da população ocupada com 16 anos ou mais de idade atingiu 42,10% no ano de 2022³. Portanto, a análise do estoque de empregos formais não pode desprezar esses elevados níveis de informalidade, certamente muito presentes e marcantes nas condições de trabalho nas cidades pequenas.

³ Dados disponíveis em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/renda-pobreza-e-desigualdade/apresentacao>. Acesso em: 9 nov. 2025.

No entanto, os níveis de informalidade não obscurecem os dados substantivos do estoque de empregos formais, extremamente concentrados na administração pública. Bacelar (2009, p. 10) já havia reconhecido que “o Estado-município opera como grande empregador e promotor de ações econômico-produtivas e sociais”. Indubitavelmente, o setor da administração pública exerce papel primaz na oferta de empregos formais nos pequenos municípios. O autor ressalta que, esses municípios cujo contingente populacional não é expressivo, a base produtiva e de empregos é limitada, ocasionando uma forte dependência da população aos empregos gerados pelo poder público.

Esse peso expressivo do poder público apresenta uma nuance particular que torna a situação mais complexa, uma vez que a administração municipal depende fortemente de transferências advindas dos estados e da União. Segundo Moreira Júnior (2014), muitos municípios brasileiros são extremamente dependentes financeiramente, visto que sua receita própria é insuficiente para manter o funcionamento da máquina pública municipal.

Na Região Imediata de Juazeiro, por exemplo, todos os 9 (nove) municípios apresentam forte grau de dependência das transferências de outras instâncias do Estado. Segundo os dados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM), em 6 (seis) municípios as transferências de recursos superam a ordem de 90%⁴.

A extrema dependência das ações das prefeituras municipais produz outros desdobramentos importantes e que merecem investigação. A dependência da população é muitas vezes usada como estratégia eleitoral e como forma de reprodução das relações de dominação política. Segundo Bacelar (2008), as cidades pequenas brasileiras são marcadas por um modo muito próprio de relações entre a população e a administração pública.

[...] isto tem razão de ser devido a três fatores conjugados: as relações sócio-políticas entre a população e o Estado (municipal) são mais estreitas nestas localidades que em outras cidades de maior porte demográfico; o peso da municipalização imposta pela Constituição Federal de 1988 e a crise administrativa nestas localidades, derivada do conflito entre a administração “moderna” e a patrimonialista, que em nosso entender tem a ver com a herança histórica ibérica (estruturalmente lusitana). Esta herança histórica é ainda muito forte e presente na forma de se administrar o bem público na pequena cidade, estabelecendo uma estreita relação entre a população residente e as maneiras de se administrar o bem público, que

⁴Dados oriundos de Projeto de Pesquisa “Dinâmicas territoriais das médias e pequenas cidades do Vale do São Francisco: singularidades e pluralidades das Regiões Geográficas Imediatas de Montes Claros (MG) e Juazeiro (BA)”, desenvolvido no âmbito da Rede ReCITA (Cidades, Territórios e Meio Ambiente) envolvendo pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET/DECT I/UNEB), do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-GEOCIÊNCIAS-UNIMONTES) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPA).

invariavelmente se choca com premissas modernas de se administrar o bem público, em que o padrão de excelência administrativa da modernidade transfere-se do setor privado para o público (Bacelar, 2008, p. 3).

Soares e Melo (2010, p. 242) assinalam a existência de uma estreita relação “[...] entre a população e os agentes políticos locais, marcados pela dependência, assistencialismo e atenção pessoais (questões tratadas no âmbito da pessoalidade) [...]”. Importante reconhecer que o assistencialismo, o clientelismo político e o patrimonialismo não são fenômenos que ficaram reféns na velha república, como descreveram Raimundo Faoro em “Os donos do poder” e Vitor Nunes Leal em “Coronelismo, enxada e voto”, mas são atualizados e continuam a marcar as relações políticas pelo interior do Brasil.

Inserção da cidade pequena em uma rede urbana regional

Analizar uma cidade pequena pelo prisma de sua inserção em uma rede urbana regional nos parece uma tarefa fundamental, se considerarmos que, quanto menor a cidade, ela experimenta uma urbanização frágil, exigindo da população deslocamentos espaciais para o atendimento de suas demandas, em um centro urbano que concentra bens e serviços, conformando uma centralidade regional e exercendo um efeito de polarização sobre seu entorno regional.

Um estudo que revela a importância das cidades no território brasileiro é a Regiões de Influência das Cidades (REGIC 2018), cuja última publicação foi em 2020. O estudo se sustenta na ideia de que os centros urbanos estabelecem relações funcionais entre si, formando uma rede urbana e configurando uma hierarquia de cidades.

Na pesquisa REGIC, a noção de região de influência realiza-se por vínculos estabelecidos entre centros urbanos de hierarquia menor direcionando-se àqueles com hierarquia superior. Dessa forma, a região de influência possui feição espacial reticular, ou seja, em formato de rede constituída por um conjunto de unidades urbanas que realizam ligações entre si. Ao contrário da abordagem mais recorrente de região, tomada como uma zona contígua, em geral sem superposições entre regiões vizinhas, a região reticular considerada na REGIC não necessariamente é contígua, e, dependendo da escala, apresenta superposições e duplas subordinações de Cidades (IBGE, 2018).

Essa perspectiva considera a atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos, bem como a centralidade de gestão pública e empresarial, configurando-se uma hierarquia urbana e conformando as regiões de influência das cidades.

A hierarquia urbana elaborada pelo Regic 2018 encontra-se estruturada em 5 níveis e 11 subníveis, hierarquizados: Metrópole (Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional e Metrópole); Capital Regional (A, B e C); Centros Sub-regionais (A e B); Centros de Zona (A e B) e Centros Locais (Coelho Neto, 2025). Os estudos das cidades pequenas, exigem um esforço de análise para pensá-las além de seu quantitativo populacional, embora seja consenso entre os pesquisadores desta temática, que o tamanho populacional deve ser um ponto de partida para apreensão das cidades pequenas.

Mesmo levando em conta as singularidades que demarcam as cidades pequenas (relação campo-cidade, sociabilidade, núcleo urbano reduzido), a exemplo de seu baixo quantitativo demográfico, estas cidades possuem pluralidades (formação socioespacial, localização, atividades produtivas) que devem ser consideradas para sua análise, entre as quais, compreender sua inserção e papéis em uma dada rede urbana ou região, visando, desta maneira, não igualar cidades com população semelhante, mas, que são em sua essência diferenciadas.

Diversos autores (Corrêa, 1999; Elias, 2011; Moreira Junior, 2014; Sposito, 2010), partem da análise da rede urbana para a compreensão dos papéis e dinâmicas das cidades pequenas. No entanto, é preciso considerar suas dinâmicas a partir de duas escalas geográficas que se encontram imbricadas, a da cidade (intraurbana) e a da rede urbana (interurbana). De acordo com Muniz Filho (2021), baseando-se em Corrêa (2007), o estudo das cidades deve ocorrer de maneira distinta entre as escalas geográficas considerando suas especificidades, ou seja, na escala regional ou da rede urbana (gênese e sua dinâmica, transformação/cristalização funcional e interações espaciais), e na escala da cidade ou intraurbana (localização espacial das atividades econômicas, divisão do espaço, interações espaciais e processo de urbanização).

Na escala intraurbana, a maior parte das pequenas cidades estabelecem vida de relações que ficam circunscritas ao seu entorno imediato. Ou seja, dispõem de limitada oferta de bens e serviços, caracterizada por estabelecimentos de pequeno porte com pouca oferta de produtos. Até mesmo os serviços financeiros estão disponíveis em “casas lotéricas” ou correspondentes bancários (instalados em farmácias ou mercadinhos). Os dias de feira livre, geralmente, são os de maior concentração populacional nestas cidades, uma vez que reúnem pessoas oriundas do campo que trazem produtos para comercializar na zona urbana, ao

tempo em que estas também aproveitam para fazer compras. De forma genérica, as feiras livres das cidades pequenas, tendem a se localizar na zona central.

Ao considerar a análise do papel da cidade pequena em uma rede urbana, a vida de relações funcionais que se estabelecem entre estas cidades e outras de igual ou maior porte (a exemplo das cidades médias) é, em alguns casos, uma relação hierarquizada ou de interdependência. Nesse sentido, Moreira Junior (2014), assinala que:

[...] a cidade pequena deve ser entendida como parte de um processo mais amplo da economia e da urbanização, inserida numa estrutura dinâmica: a rede urbana. Nesta direção, apoderar-se da rede urbana na interpretação das cidades pequenas induz a diversas perspectivas analíticas e permite olhar para um cenário mais amplo, considerando-as a partir das articulações e interdependência existentes entre si (Moreira Junior, 2014, p.47).

Dos estudos que discutem as relações hierárquicas entre as cidades, indubitavelmente, a Teoria das Localidades Centrais elaborada por W. Christaller em 1933 é a mais difundida e utilizada, tanto nos estudos acadêmicos, quanto nas políticas governamentais, mesmo sofrendo diversas críticas.

Se considerarmos os estudos clássicos acerca da hierarquia urbana, as cidades pequenas demandam bens e serviços (sobretudo, em saúde de média e alta complexidade, e educação superior), nas cidades médias ou grandes que integram sua rede urbana, entendida como um “conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos e suas hinterlândias [...]” (Corrêa, 2006, p. 7). Por esse viés, analisa-se a cidade pequena, a partir de uma relação de horizontalidade ou contiguidade espacial.

Considerando a Teoria das Localidades Centrais, que concebe o sistema urbano em termos de uma hierarquia, Fresca (2010) assevera:

A demanda por bens e serviços traduz localizações diferenciadas, pois há produtos e serviços de consumo frequente e pouco frequente permitindo estabelecer o alcance espacial máximo e mínimo de cada produto. Desta diferenciação na oferta dos bens e serviços, emerge uma diferenciação entre as localidades centrais, que segundo a teoria, é uma diferenciação de caráter hierárquico (Fresca, 2010, p. 77).

Portanto, de acordo com a Teoria Christalleriana, os bens e serviços centrais são produzidos e oferecidos por um pequeno número de pontos centrais e consumidos em muitos pontos dispersos, gerando uma hierarquia entre as localidades, onde o grau de centralidade depende do maior número de funções, maior população externa atendida, maior volume e diversidade de bens e serviços ofertados. Os estudos e pesquisas realizadas por

Coelho Neto e Muniz Filho (2025b) corroboram com o entendimento da dependência das cidades pequenas a outras cidades (médias e/ou grandes), que exercem sobre suas populações atração locacional, devido à maior oferta de produtos, bens e serviços. Conforme asseveraram os supracitados autores:

As demandas da população das pequenas cidades são, em grande medida, atendidas por cidades médias que exercem efeito polarizador em seus contextos microrregionais. Todavia, verificam-se também fluxos importantes que implicam em maior deslocamento populacional para acessar serviços disponíveis em centros de maior porte [...] (Coelho Neto; Muniz Filho, 2025a, p. 100-101).

Vale ressaltar que a pesquisa realizada pelos autores supramencionados, teve como objeto 10 cidades pequenas do território baiano, com menos de 20 mil habitantes e que não estão integradas a Região Metropolitana, nem as Regiões Produtivas Agrícolas.

No período técnico-científico-informacional (Santos, 1994; 1996), ao considerarmos as dinâmicas das cidades vinculadas ao agronegócio globalizado, ou seja, aquelas que se encontram nas “Regiões Produtivas Agrícolas” (Elias, 2006; 2011), verifica-se que as cidades pequenas se apresentam como espaços integrados ao circuito de produção e aos círculos de distribuição (Santos; Silveira, 2006), uma vez que estas, além de se caracterizar como polo de oferta de mão de obra, podem também abrigar empresas vinculadas as atividades produtivas, a exemplo das vinícolas no Vale do São Francisco, e das áreas de produção de oleaginosa na MATOPIBA, áreas caracterizadas como Regiões Produtivas Agrícolas.

Assim como ocorre em outras Regiões Produtivas Agrícolas brasileiras, no Sertão do São Francisco, certas atividades complementares ao circuito de produção da agricultura globalizada (a exemplo da vitivinicultura) estão instaladas em pequenas cidades, caracterizando fortes interações espaciais interurbanas (relações horizontalizadas), uma vez que, as cidades médias - desempenham o papel de centralidade urbana - são responsáveis pela oferta de bens e serviços vinculados aos consumos consumptivo e produtivo. Essas, também atendem às demandas do circuito de produção e dos círculos de distribuição da agricultura globalizada, cooperando para superação da contiguidade geográfica (relações verticalizadas) (Muniz Filho, 2021, p. 104).

Elias (2011, p. 157) assinala que as Regiões Produtivas Agrícolas, representa “[...] um lugar funcional do agronegócio globalizado, meras regiões do fazer, com pouquíssima ou nenhuma ingerência efetiva sobre as respectivas produções agrícolas e agroindustriais nelas ocorridas”. É preciso compreender, no entanto, que mesmo com os avanços

técnicos que caracterizam o período técnico-científico-informacional, as relações hierárquicas entre as cidades pequenas com outros centros maiores (próximos ou longínquos) ainda é perceptível.

Se considerarmos o consumo produtivo e os círculos de distribuição, as cidades pequenas instaladas nas Regiões Produtivas Agrícolas, estabelecem forte relações com centros maiores, até mesmo em escala global, sobretudo na aquisição de insumos e equipamentos (consumo produtivo), ao tempo em que fornecem a estes centros maiores, produtos diversos, geralmente como *commodities* (círculos de distribuição), caracterizando relações hierárquicas verticalizadas.

Em relação ao consumo consumptivo, as populações das cidades pequenas inseridas nas Regiões Produtivas Agrícolas, buscam (sobretudo as elites) nas cidades médias e grandes, produtos e serviços que atendam às suas demandas, estabelecendo, portanto, uma relação horizontalizada.

Destarte, inferimos, portanto, que mesmo no período técnico-científico-informacional os centros maiores (cidades médias, grandes e metrópoles) nas mais diversas escalas, ainda exercem papel de gestão do território, mantendo hierarquias horizontais e verticais sobre as cidades pequenas.

Forte relação campo-cidade e a presença de ruralidades no urbano

A relação campo-cidade é um tema clássico, predominantemente, nos campos da Sociologia Rural, da Geografia Agrária e da Economia Rural. Os estudos permitiram erigir grandes esquemas explicativos, exemplo da perspectiva dicotômica e da perspectiva denominada de *continuum* (Marques, 2002).

O trabalho de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1996), da década de 1930, é uma referência fundamental, no sentido de explicitar as diferenças fundamentais entre o mundo rural e o mundo urbano. Coelho Neto (2013), sintetiza os sentidos que expressam a perspectiva dicotômica do seguinte modo:

Diversos textos ilustram os termos que dominaram essa perspectiva, concedendo elementos para a dualidade-dicotomia: o rural relacionado ao velho, ao tradicional, ao atrasado, ao passado, um espaço periférico onde se realiza atividades agrícolas; o urbano relacionado ao novo, ao moderno, ao adiantado, ao futuro, um espaço central onde se desenvolve atividades industriais, do comércio e dos serviços (Coelho Neto, 2013, p. 155).

A perspectiva do *continuum*, segundo Marques (2002), se origina na segunda metade do século XX, na esteira do avanço da urbanização e da industrialização da agricultura, anuncianto uma maior integração entre a cidade e o campo, mas apontando que o espaço rural se aproxima da realidade urbana.

Neste sentido, prevalece, um viés urbano-centrado, cujas visões defenderam a existência de um processo de “urbanização da sociedade” (Lefebvre, 1999; 2001) e do território (Santos, 1993) e preconizaram o fim do rural (Graziano da Silva, 1999). Segundo Carneiro (1998), a interpretação predominante aponta para um processo flagrante de homogeneização, reduzindo a tradicional distinção entre o rural e o urbano, conformando um *continuum* no qual prevaleceria a cena urbana.

Segundo Coelho Neto (2013, p. 153), o debate campo-cidade encontrou renovado vigor nas últimas décadas, cujo conteúdo central buscou indagar sobre o fim do rural ou de sua inevitável transmutação, “[...] assentado nas distinções entre o rural e o urbano frente às transformações engendradas pela industrialização e modernização da agricultura, pelo avanço das relações capitalistas de trabalho no campo [...]”, mas, sobretudo, pelos impactos mais recentes do fenômeno da globalização.

Nas últimas quatro décadas, erigi-se uma nova perspectiva na América Latina, que renova os olhares para a relação campo-cidade e que vem sendo denominada como “novas ruralidades”. O debate envolveu diversos autores e arrolou um conjunto de questões importantes para a reflexão. Algumas das perspectivas mais reconhecidas foram: Luis Llambí (1995) e o surgimento da nova ruralidade como produto da globalização; Edelmira Pérez (2001) e a multifuncionalidade do território e o reconhecimento da pluriatividade; Maria Wanderley (2002) e as particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas do mundo rural; Mari José Carneiro (2002) e a multifuncionalidade e a pluriatividade como elementos das novas ruralidades; Roberto José Moreira (2005) e a ruralidade como identidades múltiplas e abertas; e José Eli da Veiga (2004) e a manutenção da contradição urbano-rural aliada à permanência do rural e de suas especificidades.

Em pesquisa realizada em 10 (dez) cidades pequenas na Bahia, com população inferior a 12 mil habitantes (Coelho Neto e Muniz Filho, 2025a), diversos achados revelaram a estreita relação entre a população citadina e os espaços rurais dos seus entornos imediatos. Considerando um universo de aproximadamente 75 mil habitantes das cidades e uma amostra de 2.506 pessoas, 87% manifestaram estabelecer relações com o rural. Entre este

último contingente, 73% procuram a zona rural para desenvolver atividades de lazer, 64% participam de eventos na zona rural, 48% dos citadinos tem familiares com propriedade rural, 20% têm suas propriedades rurais e, 19% residem nas cidades, mas trabalham no campo.

Neste sentido, as relações campo-cidade são marcantes e constituem/compõem a dinâmica sociocultural da população citadina. Práticas socioespaciais da população das cidades pequenas são diretamente influenciadas pelos conteúdos rurais.

Rua (2006) afirma que a presença de “urbanidades no rural” marca a dinâmica do campo, compreendendo-as como manifestações do urbano em áreas rurais, mas que não são capazes de transformar estes espaços em urbanos. Essas presenças/marcas do urbano atravessando o rural, conferindo-lhe novos conteúdos e novas características ao campo brasileiro.

Nossa proposição não desconsidera a existência de conteúdos urbanos que atravessam o rural, conferindo-lhes novas formas-conteúdos, e, por conseguinte, novos significados. A ideia que advogamos admite a coexistência do processo inverso, ou seja, na presença de ruralidades no espaço urbano, em especial nas cidades pequenas baianas e nordestinas.

A nossa aposta reside na possibilidade de jogar luz sobre a dinâmica socioespacial das cidades pequenas, ancorando-se no pressuposto de que as ruralidades marcam e conformam as cidades pequenas, ou seja, são presenças que permanecem expressivas na cena urbana.

Advogamos que estamos diante da persistência de ruralidades no urbano, essas formas-conteúdos que “[...] revelam as marcas das ruralidades no urbano, ou seja, são elementos constitutivos da profunda imbricação rural-urbano que conforma a espacialidade das pequenas cidades (Coelho Neto; Muniz Filho, 2025b, p. 53).

Coelho Neto e Muniz Filho (2025a, 2025b) revelaram que as vaquejadas e as cavalgadas ocorrem no espaço urbano como eventos que compõem as práticas socioespaciais da população rural. Nas ruas das cidades pequenas, observa-se a presença expressiva de animais pastando, de carroças puxadas por animais, de animais usados como meio de transporte, de criatórios de animais no quintal, de casas com cercas de madeira. As cidades pequenas são caracterizadas pela existência de um entorno rural, indicando que a indistinção rural-urbano se faz presente no cotidiano da população urbana.

Neste sentido, o fenômeno que estamos reconhecendo e afirmando, denominado de ruralidades no urbano, pode ser compreendido “[...] como formas (objetos) espaciais, práticas e hábitos típicos do espaço rural que estruturam e atravessam o espaço urbano das pequenas cidades e tornam a relação cidade-campo um horizonte flagrantemente perceptível (Coelho Neto; Muniz Filho, 2025b, p. 54).

Considerações finais

Diversos pesquisadores, sobretudo brasileiros, têm, nas últimas décadas, despertado interesse crescente em estudos e abordagens sobre as cidades pequenas. Entretanto, mesmo havendo um grande esforço analítico visando maior apreensão das especificidades que caracterizam essas unidades escalares, percebem-se algumas lacunas teórico-metodológicas, que demandam reflexões sistemáticas para dar conta da complexidade que demarcam as cidades pequenas.

Este artigo, não teve a pretensão de preencher essa lacuna teórico-metodológica acerca das cidades pequenas, mas, ampliar as abordagens sobre a temática, a partir de algumas dimensões analíticas: (i) o tamanho populacional; (ii) a dependência da população em relação à administração pública municipal; (iii) a inserção da cidade pequena em uma rede urbana regional; e (iv) a estreita relação campo-cidade e a presença de ruralidades no urbano das cidades pequenas.

Mesmo havendo pesquisadores que defendam que os estudos a respeito das cidades pequenas devam partir da análise de seu quantitativo demográfico, tem ocorrido amplo debate e críticas, que apontam os riscos e limites em se considerar apenas essa variável (quantitativo demográfico), para apreensão das dinâmicas socioespaciais que atravessam as cidades pequenas, uma vez que tal abordagem analítica, pode reduzir tais espaços, a uma simples expressão numérica, desconsiderando a diversidade regional e as várias dimensões espaciais que podem ser açãoados.

Alguns estudos e pesquisas, demonstraram que uma das características das cidades pequenas, é a dependência da população à administração pública municipal. As análises dos empregos formais de algumas cidades pequenas, considerando dados primários e secundários, apontaram que tal dependência, ocorre devido a baixa oferta de empregos no setor de comércio e, em alguns casos, a ausência de empregos no setor industrial. Tais situações, corroboram para que a administração municipal absorva parte da mão de obra

disponível, nas áreas de serviços, com destaque para educação (professores e agentes escolares) e saúde (técnicos e agentes de saúde).

Analizar as pequenas cidades a partir da vida de relações funcionais que se estabelecem nas diversas escalas geográficas, foi fundamental para a compreensão dos papéis que essas formas-conteúdos ocupam em um sistema urbano regional. Vale considerar que a urbanização frágil impõe uma demanda por bens e serviços não encontrados nas cidades pequenas e atendidos em centros urbanos de maior porte da rede urbana.

Na escala intraurbana, a pequena cidade exerce significativa influência sobre seus cidadãos, uma vez que é nesta que buscam os produtos e serviços básicos que atendam a suas demandas mínimas (limiar). Além do que, as feiras livres (mercados periódicos), ampliam o fluxo interno dessas cidades em seus dias de ocorrência, e ampliam as relações de sociabilidades, que é uma das características marcantes das cidades pequenas.

Na escala da rede urbana, as cidades pequenas foram analisadas a partir de dois prismas (horizontalidade e verticalidade). O primeiro atende, principalmente, as demandas do consumo consumptivo, no qual os cidadãos estão dispostos a buscar em outros centros, produtos, bens e serviços, não disponíveis em seus locais de moradia (alcance). O segundo, está vinculado, sobretudo, ao consumo produtivo e aos circuitos de circulação, em especial, nas cidades pequenas inseridas em Regiões Produtivas Agrícolas. Infere-se, portanto, que a inserção de uma pequena cidade a uma rede regional (nacional ou globalizada), ocorre a partir de relações funcionais hierárquicas, corroborando com as abordagens teórico-conceituais de Walter Christaller (Teoria das Localidades Centrais).

Por fim, mas sem esgotar a temática que é por demais complexa, buscou-se dialogar com as clássicas abordagens analíticas da relação campo-cidade, que embasaram estudos nos campos da Sociologia Rural, da Geografia Agrária e da Economia Rural. Todavia, esboçamos uma abordagem metodológica que priorizou a presença de ruralidades no urbano. Ou seja, foram analisados conteúdos e práticas socioespaciais que demonstraram que mesmo no período técnico-científico-informacional, muitas das cidades pequenas, ainda são demarcadas por hábitos e costumes, plenos de ruralidades (uso de animais como meios de transporte, utilização de cercas para delimitar lotes, cultivo de hortas nos quintais, animais de grande porte circulando pelas ruas).

Estudar as cidades pequenas, continua a ser desafiador, uma vez que precisamos nos atentar as suas singularidades e pluralidades, definidas sobretudo, pelos processos de

temporalidade e espacialidade que nos desafiam a apreender o caráter ontológico e epistemológico destes espaços dinâmicos.

Referências

- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Pequenas cidades: uma caracterização. In: **Anais...** V Encontro de Grupo de Pesquisa Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais. Santa Maria: GPET, 2009.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. de C. (Orgs.). **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 223-240.
- COELHO NETO, Agripino Souza. Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: limites da concepção de ruralidade e de territórios rurais. **Campo-Território**, v. 8, p. 152-169, 2013.
- COELHO NETO, Agripino Souza; MUNIZ FILHO, Antonio. **Cidades Pequenas da Bahia**: tamanho populacional, rede urbana e ruralidades no urbano. Curitiba: CRV, 2025a.
- COELHO NETO, Agripino Souza; MUNIZ FILHO, Antonio. Biritinga, cidade pequena no Nordeste da Bahia: dimensão populacional, rede urbana e relação campo-cidade. **Revista Cerrados**, v. 23, p. 29-58, 2025b.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana -Uma Nota sobre as Pequenas Cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999, p.43-53.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 25-81.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 153-167, nov., 2011.
- FRESCA, Tânia Maria. Centros Locais e Pequenas Cidades: Diferenças Necessárias. **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 75-81, set/dez, 2010.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro**. 2. Ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1999.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p.32-49(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.*
- ISSN: 2176-5774

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LLAMBÍ, Luis. **Globalización, Ajuste y Nueva Ruralidad**: uma agenda para la investigación y el desarrollo rural. Laboratorio de Estudios Rurales y Agrarios, Venezuela, 1995.

MARQUES, Marta Inês M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas-SP**: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

MOREIRA, Roberto José. Identidades sociais em territórios rurais fluminenses. In: MOREIRA, R. J. (org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MUNIZ FILHO, Antonio. **Desigualdade e Diferenciação Socioespacial em Cidades Médias do Sertão do São Francisco**: Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) - Formação Socioespacial e Meio Técnico-Científico-Informacional. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

MUNIZ FILHO, Antonio; COELHO NETO, Agripino Souza. Região Imediata de Juazeiro (Bahia, Brasil): Rede Urbana, Polarização e Vida de Relações Funcionais. In: GUTIÉRREZ, Juan Ignacio Plaza; ONDOÑO, Irene Sánchez; ARRIBA, Jesús Moreno. (Org.). **América Latina**: paradigmas, procesos y desafíos en un contexto de cambios (hiper)acelerados. Madrid: Asociación Española de Geografía, 2025, p. 145-155.

PÉREZ, Edelmira. **Hacia una Nueva Visión de lo Rural**: Una Nueva Ruralidade em América Latina? Norma Giarracca (compiladora). Colección Grupos de Trabajo de Calcso. Grupo de trabajo Desarrollo Rural. Buenos Aires: Clacso, 2001.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Série Estudos e Pesquisas. v. 87. Salvador: SEI, 2010, p 93-105.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. (org.). **Introdução Crítica a Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 198-224.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado. **Cidades Pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

VEIGA, José Eli. A dimensão Rural do Brasil. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 71-84, abr., 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural. Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife: UFPE, 2001. (Relatório de Pesquisa). Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/Pequenos-Munic%C3%ADpios_Nazareth-1.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Territorialidade e Ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. N. (orgs.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa, 2002, p. 39-52.

Sobre os autores:



AGRIPINO SOUZA COELHO NETO

E-mail institucional: agscneto@uneb.br

Doutor em Geografia (UFF). Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET). Coordenador do Grupo de Pesquisa Território, Rede e Ação Política (TERRITÓRIOS). Coordenador da Rede de Pesquisadores em Cidades, Territórios e Meio Ambiente (ReCíTA) e da Rede Iberoamericana: Actores colectivos, Democracia y Territorio (RIADT).



ANTONIO MUNIZ FILHO

E-mail institucional: muniz@uneb.br

Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFAL). Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET). Coordenador do Grupo de Pesquisa Território, Rede e Ação Política (TERRITÓRIOS) e do Grupo de Estudos CST (Cidades, Sociabilidade e Transformações). Coordenador da Rede de Pesquisadores em Cidades, Territórios e Meio Ambiente (ReCíTA).

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: não se aplica.